



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



CGDE
Comitê Gestor dos
Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



ECOANDO



AS ESCUTAS

Como ouvimos a população
atingida pelo desastre da mineração
da Braskem em Maceió



1



Produto Final
(24/07/2026)



Acordo e governança

COMITÊ GESTOR DE DANOS EXTRAPATRIMONIAIS (CGDE - Gestão 2024/2026)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM ALAGOAS (MPF-AL)

Implementação

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS (UNOPS)

Julho/2026



Apresentação

Este relatório reúne e sistematiza informações sobre o processo de escuta da população atingida pelo desastre socioambiental causado pela mineração da Braskem em Maceió/AL, desenvolvido no âmbito do Programa *Nosso Chão, Nossa História*, com o objetivo de descrever o processo implementado, metodologia adotada, detalhar a sistematização dos relatos coletados e explicitar como as demandas identificadas se desdobram em projetos concretos nas Trilhas da Reparação. Orientado pelo compromisso com a transparência e a participação social, o documento apresenta a escuta como uma ferramenta estratégica para a identificação de impactos, necessidades e prioridades da população atingida, contribuindo para a formulação de ações reparatórias mais justas, contextualizadas e efetivas, especialmente no que se refere aos danos extrapatrimoniais decorrentes do desastre.

Para guiar essa leitura de forma clara e lógica, o texto está estruturado de modo a apresentar inicialmente o que é a escuta no âmbito do Programa *Nosso Chão, Nossa História*, delineando seu percurso de construção participativa e seu objetivo central. A partir dessa base, o documento expõe o referencial teórico da escuta da população atingida e a metodologia aplicada, detalhando minuciosamente como foi o processo de Escuta e a subsequente sua sistematização. Por fim, a seção "Entenda os resultados" apresenta os achados, demonstrando como essas vozes e demandas se tornam o foco das ações reais por meio da "Trilha da Reparação" que o Programa tem percorrido para a reparação dos danos extrapatrimoniais em Maceió/AL.

Essa iniciativa integra o Programa de Reparação dos Danos Extrapatrimoniais — [Programa Nosso Chão, Nossa História](#) — instituído no âmbito do Acordo Socioambiental firmado em dezembro de 2020 entre o Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL), o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE/AL) e a mineradora Braskem, como resposta ao desastre socioambiental decorrente do afundamento do solo causado pela exploração de sal-gema em bairros de Maceió (AL). Nesse contexto, o processo de escuta foi concebido e acompanhado pelo Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE), instância representativa da população atingida, com a assistência técnica do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), responsável pela operacionalização do Programa.

Boa leitura!



FICHA TÉCNICA

Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais - CGDE

(Membros da Gestão 2024-2026)

Ana Carolina Beltrão Peixoto
Ana Paula Kümmer Barbosa
Bianca Nathália da Silva Mello
Carlos Henrique Gomes
Cauã Queiroz Fernandes de Sousa
Danielle Vanessa Santos de Almeida
Darlan Cleiton Rodrigues Leite
Davi Beltrão de Rossiter Corrêa
Dilma Marinho de Carvalho
Ederson Dalmario de Lima Bezerra
Flaminha Silva
Geraldo Vasconcelos de Castro Junior
Irandir dos Reis Vieira
Jamilson Francisco da Silva
Joelma Farias Silva Cornejo
José Ricardo Batista
Lucas Fernando Teixeira Nascimento da Silva
Marcio Adriano Costa dos Santos
Maria Cláudia Altino da Silva
Marta Francielly Patrício Rodrigues
Munike Israel da Silva
Paula Alessandra Gomes de Almeida Sousa
Paulo Rodrigo dos Santos
Odilon Maximo
Renata Suelen Amorim Cavalcante Malta
Sandro Diniz
Sandro Gama
Thelma Guimarães
Thais de Oliveira Godinho

Diretor e Representante do UNOPS Brasil

Fernando Cotrim Barbieri

Gerente de Projeto

Bernardo Bahia

Equipe do Projeto

Alejandro Arturo Costa de La Barra Velasquez
Aurea Luz Vasques
Beatriz Marins Corrêa de Sá
Bernardo Ramos Bahia
Claudia Da Silva Nicacio
Daniela Cavalcante de Oliveira
Debora Araujo Da Silva
Evelyn de Sá Barreto Maciel
Fernanda Paes Mangolim
Gessika Aline Lima da Costa
Inalda Maria da Silva
Ingrid Ferreira Barbosa
João Vitor Cunha Silva
Leana Silva Luz
Leandro Ferreira Marques
Lidiane Bernardino da Silva
Lucca Leite
Mariana Castro Downs
Mariana Cataldo Da Silva
Mauro Knupfer Coutinho
Nayara Rita Cardoso Campos
Rafael Simões Lopes Regatieri
Rafaela de Lourdes Holanda Barbosa
Renata Aparecida Ferreira
Roberta Caroline Da Silva Crispim
Tânia Isabel Miranda Dias

Especialistas Técnicos

Aguinaldo Lima
Andréa Laís Barros Santos
Christiane Falcão
Denise Bocorny Messias
Donald Verônico Alves da Silva
Érica Máximo Machado
Flávio Fernando Batista Moutinho
Gardênia Nascimento
Luciana Salles
Luiza Borba Chiesa
Richard Souza Mota
Sandra Luzia Assis da Silva
Walter Araújo de Lima Filho



Trabalho de campo

Adriano Roberto Alves da Silva
Ana Paula da Silva
Arthur Fellipe Santos Vieira
Beatriz Cecília Nobre da Silva
Camilly Vitória Saturnino Melo
Claudia Roque da Silva
Cristiano Alcides da Silva Paes
Darlan Cleyton Rodrigues Leite
Dayane Stephane Cavalcante Pontes
Diógenes Alves Paes
Edilson Cavalcante da Silva
Elenir de Melo Nascimento dos Santos
Evellyn Carolline da Silva
Ewerton Tharlysso da Silva Santos
Fabio Nipo da Silva
Fagner Moreira dos Santos
Flavio Henrique Silva Santos
Gabriel Tenório da Silva
Iago Inácio da Silva
Igor Araújo de Amorim
Iris Talia Nunes Costa
Izabel Cristina da Silva
João André Góes Ferreira Barbosa
João Victor Santos Caldeira
Jorge Luiz dos Santos
José Cristiano Sales Pereira
José Roberto Martins Calheiros Júnior

Júlia Amorim Bulhões
Juliana de Souza Barros
Katia Rejane dos Santos Silva
Lilian Almeida Silva Nunes
Marcelo Alves da Silva
Marcos Vinícius Vieira Silva
Maria Alice Marina da Silva
Maria Bruna Rodrigues dos Santos
Maria Layane Moura dos Santos
Maria Luana da Silva
Matheus Natan Santos Vieira
Matheus Salustiano Dias
Nakisha da Silva Machado
Nayara Rita Cardoso Campos
Nicole Araújo da Silva
Paulo Jorge dos Santos
Pedro Henrique Araujo Barbosa
Plinio Lopez Godinho Meirelles
Rafael da Silva Gomes
Rafaelly Machado da Silva
Rogério Dias
Silma de Oliveira Santos
Vanessa Ferreira Cavalcanti
Viviany Maria Vasco Montes
Walisson Claudio da Silva
Weldja Marques da Silva Lima
Williane Domingos dos Santos
Yasmin Marinho dos Santos



SUMÁRIO

Apresentação	3
1. O que é a escuta no âmbito do Programa Nosso Chão, Nossa História?	7
2. Construção da Escuta com o Comitê	9
3. Objetivo	10
4. Princípios que fundamentaram a escuta:	11
5. Referencial teórico da escuta da população atingida	12
6. Metodologia	13
7. Estratégias de Escuta	16
Escutas Coletivas	16
Escuta dos segmentos impactados	19
Trabalho informal e empreendedorismo	19
Escuta sobre Raça e Etnia	22
Escuta sobre Prática da Religião	24
Cultura	27
Esporte	30
Escuta Individual	32
Campanha de Comunicação - ECOA	34
Ferramenta Digital - IARA	37
Busca Ativa	42
8. Referências Bibliográficas	46



1. O que é a escuta no âmbito do Programa Nosso Chão, Nossa História?

O Programa Nosso Chão, Nossa História, tem o compromisso de reparar, ao longo de quatro anos, os impactos do desastre na população de Maceió causada pela mineração, por meio da implantação de projetos de reparação de danos extrapatrimoniais¹.

Esses projetos ajudam pessoas e comunidades a se recuperar, fortalecendo a memória, a identidade, os vínculos comunitários, a cultura, os modos de vida e o sentimento de pertencimento ao território. Assim, contribuem para promover justiça, dignidade e resiliência social. Dessa forma, não há como pensar em projetos situados na realidade sem escutar a população atingida.

A escuta da comunidade atingida configura-se como um elemento estruturante nos processos de reparação em contextos de desastres socioambientais, na medida em que possibilita reconhecer as pessoas não apenas como vítimas, mas como produtoras de saberes, memórias e estratégias de resistência. Nas ciências sociais e da gestão de desastres, a escuta qualificada é compreendida como um processo ético, político e metodológico de reconhecimento do outro, que ultrapassa a mera coleta de informações e se constitui como prática de construção de vínculos, produção de sentidos e validação das experiências vividas (FREIRE, 1996; DAS, 2007).

Nesse sentido, a escuta é entendida como um dispositivo metodológico ativo, que envolve acolhimento, atenção e abertura às narrativas das pessoas atingidas, considerando suas dimensões materiais e imateriais. Os eventos críticos, como os desastres, não se encerram no momento de sua ocorrência, mas se prolongam no cotidiano das pessoas, sendo continuamente reelaborados por meio da linguagem e das práticas sociais (Veena Das, 2007). Assim, escutar a comunidade é também acessar os modos pelos quais o desastre se inscreve na vida social, afetando identidades, relações e territórios.

A literatura sobre desastres evidencia, ainda, que seus impactos não são apenas naturais, mas socialmente produzidos e desigualmente distribuídos (OLIVER-SMITH, 1996; WISNER et al., 2004; VALENCIO, 2009). Em contextos marcados por desigualdades estruturais — econômicas, de gênero, étnico-raciais e geracionais —, determinados grupos tendem a vivenciar efeitos mais intensos e duradouros. Esse entendimento reforça a necessidade de metodologias participativas que incorporem a perspectiva das populações atingidas. A escuta

¹ Danos morais coletivos, também chamados de danos extrapatrimoniais, são impactos negativos decorrentes de um contexto específico, como o desastre socioambiental provocado pelo afundamento do solo em Maceió. Eles vão além das perdas financeiras, afetando dimensões emocionais, psicológicas e morais de indivíduos e comunidades. Seu reconhecimento é fundamental para promover justiça e reparar prejuízos não materiais.



qualificada, nesse sentido, contribui para a identificação de danos extrapatrimoniais — como perdas simbólicas, culturais e de pertencimento — que frequentemente não são capturados por abordagens tecnocráticas ou exclusivamente quantitativas.

Do ponto de vista metodológico, a escuta pode se materializar por meio de diferentes estratégias, como entrevistas em profundidade, rodas de conversa, grupos focais e outros dispositivos de participação social, sendo fundamental que tais práticas sejam conduzidas de forma ética, sensível e territorializada. Inspirada na pedagogia dialógica de Paulo Freire (1996), a escuta pressupõe a colaboração mútua nas relações, reconhecimento das pessoas participantes como protagonistas e valorização de seus saberes na produção do conhecimento e na construção de caminhos para a reparação.

Para além de sua dimensão metodológica, a escuta constitui também uma escolha ética e política, ao reconhecer o direito à palavra, à memória e à participação das populações atingidas. Nesse processo, configura-se como um dispositivo de reconhecimento da condição de pessoa atingida, ao legitimar experiências, saberes e trajetórias, reafirmando a importância dessa população como detentora de direitos e participante ativa nos processos de reparação. Ao valorizar as experiências vividas, as memórias e os sentidos atribuídos ao território, a escuta contribui para tornar visíveis impactos muitas vezes invisibilizados, qualificando a formulação de ações reparatórias mais justas, contextualizadas e efetivas.

No âmbito das diretrizes internacionais, marcos como o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres (2015–2030) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reforçam a importância da participação social e do engajamento das comunidades locais na gestão de riscos e na reconstrução pós-desastre, especialmente a partir do lema de “não deixar ninguém para trás”. Esse alinhamento evidencia que a escuta não apenas qualifica tecnicamente as intervenções, mas constitui condição fundamental para respostas mais equitativas e sensíveis às realidades locais.

No Programa *Nosso Chão, Nossa História*, a escuta da população atingida pelo desastre socioambiental provocado pela Braskem configura-se como **uma ferramenta participativa de produção de conhecimento e incidência social, orientada à reparação**. Ao assegurar o protagonismo das pessoas atingidas na identificação dos danos, na explicitação de suas demandas e na construção de caminhos para a reparação, a escuta contribui para integrar diferentes realidades, evitando soluções padronizadas e promovendo respostas mais coerentes com as necessidades concretas dos territórios.

Ainda que existam referências acumuladas sobre outros desastres socioambientais, cada contexto apresenta especificidades históricas, territoriais e sociais que precisam ser compreendidas a partir das vozes e perspectivas das populações atingidas (OLIVER-SMITH,



1996; WISNER et al., 2004). Nesse sentido, a escuta se consolida como prática indispensável para conferir legitimidade, precisão e efetividade ao processo de reparação, contribuindo para que as medidas adotadas sejam mais resolutivas, inclusivas e respeitosas.

2. Construção da Escuta com o Comitê

O modelo de escuta da população atingida foi concebido a partir de um processo contínuo de diálogo com o Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE), instância instituída pelo Ministério Público Federal no âmbito do acordo socioambiental firmado para a reparação dos danos morais coletivos decorrentes do desastre. Desde sua origem, o modelo buscou superar abordagens tecnocráticas² e unilaterais, reconhecendo a centralidade da experiência vivida da população atingida como elemento estruturante para a identificação, qualificação e análise dos danos extrapatrimoniais identificados, através de metodologias participativas.

O CGDE, composto por representantes da população atingida e de órgãos públicos, constitui o núcleo de governança desse processo, exercendo papel estratégico e legítimo na orientação, validação e acompanhamento das ações. Entre suas atribuições, destaca-se a garantia da participação social nos processos de reparação, assegurando que a população atingida tenha voz ativa na definição de prioridades e na construção das respostas. Nesse sentido, a escuta foi compreendida como etapa inaugural e estruturante, indispensável para subsidiar a formulação de projetos e ações de reparação alinhados às realidades e demandas dos territórios.

O ponto de partida para a construção do modelo foram experiências prévias de escuta realizadas no âmbito do Comitê, anteriores à implementação do Programa, que evidenciaram tanto a percepção da população atingida sobre os danos extrapatrimoniais quanto a necessidade de aprofundar temas centrais para a reparação. Embora anteriores à implementação do Programa, essas experiências foram decisivas para orientar suas diretrizes iniciais e a definição das ações futuras. A partir desse acúmulo, empreendeu-se um amplo processo de sistematização e análise de diagnósticos existentes, estudos técnicos e dados censitários, com o objetivo de subsidiar a definição dos territórios prioritários para a busca ativa e a implementação das diferentes estratégias de escuta.

² Abordagens tecnocráticas referem-se a modelos de gestão e tomada de decisão centralizados exclusivamente no saber técnico-especializado, operando em uma lógica vertical (de cima para baixo). Esses modelos tendem a priorizar métricas quantitativas e soluções padronizadas, frequentemente desconsiderando o saber popular, a participação comunitária e a complexidade dos danos imateriais e vínculos territoriais das populações.



Para além da etapa de concepção, as pessoas integrantes do Comitê acompanharam de forma sistemática a implementação do modelo, incluindo o trabalho de campo, por meio de um processo de monitoramento permanente das ações. Esse acompanhamento envolveu a participação em agendas territoriais, a análise de relatórios parciais e a realização de espaços contínuos de devolutiva e ajuste metodológico. Tal dinâmica fortaleceu o controle social e possibilitou o aprimoramento constante das estratégias adotadas.

As estratégias de escuta — explicitadas mais adiante como a busca ativa, as escutas individuais e coletivas, o uso de ferramentas digitais e as ações presenciais nos territórios — foram igualmente discutidas e validadas pelo CGDE, assegurando sua acessibilidade, inclusão e sensibilidade às especificidades dos diferentes públicos de pessoas atingidas. Esse cuidado contribuiu para ampliar o alcance da escuta e garantir a participação de grupos historicamente invisibilizados.

Dessa forma, o modelo de escuta dos danos extrapatrimoniais consolidou-se como um processo efetivamente co-construído, no qual o CGDE atuou não apenas como instância consultiva, mas como agente ativo de formulação, acompanhamento e validação. Essa experiência evidencia que a efetividade das ações de reparação está diretamente relacionada à incorporação qualificada da participação social, reafirmando o papel da governança participativa como elemento central na promoção de respostas mais justas, legítimas e sustentáveis em contextos de desastre socioambiental.

3. Objetivo

A escuta teve como objetivo identificar os impactos e as demandas relacionadas aos danos extrapatrimoniais vivenciados pela população atingida, levantar propostas de ações de reparação e subsidiar a formulação de projetos mais justos e alinhados às necessidades das comunidades, promovendo sua participação nos processos de reparação.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Promover a circulação das experiências e narrativas da população atingida.
- Compreender os significados e as repercussões construídas em torno dos danos simbólicos, emocionais e sociais.
- Ancorar a formulação das Trilhas da Reparação nos saberes, memórias e necessidades apontadas pela população.
- Ampliar a participação social nos processos decisórios.
- Reconhecer a diversidade de experiências e desigualdades nos impactos do desastre.



4. Princípios que fundamentaram a escuta:

Para o processo de escuta alcançar os objetivos planejados, ele foi fundamentado em princípios, sendo esses:

- Centralidade da experiência vivida: reconhecimento das pessoas atingidas como produtoras de saberes, memórias e estratégias de resistência, para além da condição de vítimas.
- Ética do reconhecimento: valorização da escuta como prática que legitima a condição de atingido e reafirma as pessoas como detentoras de direitos de reparação dos danos extrapatrimoniais.
- Participação social: garantia do protagonismo da população atingida na identificação de danos, demandas e proposição de caminhos para a reparação.
- Parceria colaborativa e diálogo: construção de relações não hierárquicas, inspiradas na perspectiva dialógica, que reconhecem os participantes como pessoas detentoras de saberes fundamentais e pessoas coautoras.
- Sensibilidade às desigualdades: consideração de que os impactos do desastre não são homogêneos, atingindo de forma diferenciada grupos historicamente vulnerabilizados, conforme marcadores como raça, gênero, idade, deficiência e território.
- Territorialidade: reconhecimento das especificidades históricas, sociais e culturais de cada território atingido.
- Integralidade dos danos: atenção às dimensões materiais e extrapatrimoniais, incluindo perdas simbólicas, vínculos comunitários e sentidos de pertencimento.
- Processualidade da escuta: compreensão de que os impactos do desastre se prolongam no cotidiano, exigindo escutas contínuas e contextualizadas. Ou seja, a escuta realizada constitui um primeiro passo que deve permanecer em ações contínuas e programadas de participação da população atingida no desastre.

Os princípios que fundamentaram a escuta orientaram-se pela adoção de metodologias participativas e complementares, que articularam abordagens coletivas e individuais, garantindo a criação de ambientes seguros, acolhedores e eticamente conduzidos para a expressão das narrativas. Buscou-se assegurar a diversidade e a inclusão das pessoas participantes, considerando aspectos como gênero, raça, idade, território e condição socioeconômica, bem como a participação de pessoas com deficiência, adequando a linguagem, os instrumentos e as estratégias às realidades socioculturais da população. Além disso, previu-se o registro e a sistematização qualificada das informações, com respeito à confidencialidade e ao consentimento, e a devolutiva dos resultados à comunidade, como forma de promover transparência, validação social e fortalecimento da participação.



5. Referencial teórico da escuta da população atingida

A escuta fundamenta-se na compreensão de que o conhecimento é socialmente construído, situado e voltado para o cotidiano e para as relações concretamente constituídas (Gergen, 2009). Ela configura-se, assim, como uma prática ética, política e relacional de reconhecimento e validação das vivências da comunidade. Para sustentar essa premissa, a abordagem apoia-se na perspectiva de Paulo Freire (1996), que orienta a escuta como uma prática baseada no diálogo, na construção de relações de paridade e no reconhecimento das pessoas atingidas como produtoras de saberes legítimos sobre suas próprias realidades.

No que se refere à vivência do desastre, destaca-se que os efeitos dessas rupturas se prolongam no cotidiano, sendo continuamente elaborados nas práticas sociais e nas narrativas (Veena Das, 2007). Para apreender essa complexidade, o processo ancora-se em métodos interpretativos e contextuais, orientados pela compreensão dos fenômenos sociais a partir dos significados atribuídos pelas próprias pessoas (Denzin; Lincoln, 2011). No cenário brasileiro, essa escolha metodológica é reforçada, ao enfatizar a necessidade das abordagens qualitativas para captar dimensões simbólicas, subjetivas e culturais, situando as metodologias aos territórios, especialmente em contextos marcados por sofrimento e vulnerabilidade (Minayo, 2014).

Para viabilizar essa produção de sentidos na prática, a metodologia incorpora a interação coletiva por meio de grupos focais. Essa estratégia utiliza a dinâmica grupal para explorar percepções, consensos e divergências, favorecendo a construção conjunta de narrativas (Morgan, 1997). Esse movimento metodológico dialoga diretamente com os princípios da pesquisa participante e da pesquisa-ação que entendem a escuta como um engajamento ativo que envolve a população não apenas como informante, mas como coautora na produção do conhecimento e na transformação de sua realidade (Brandão, 2006; Thiollent, 2011).

Essa fundamentação ganha contornos ao reconhecer que os desastres são processos socialmente produzidos e desiguais (OLIVER-SMITH, 1996; WISNER et al., 2004; VALENCIO, 2009). Os impactos dessas tragédias são distribuídos de forma assimétrica, reforçando a urgência de incorporar a perspectiva das populações atingidas para compreender as reais dimensões do evento. Desse modo, o referencial adotado sustenta a importância da escuta para visibilizar e validar os danos extrapatrimoniais, que englobam perdas simbólicas, culturais, afetivas e de pertencimento, rompendo com o silenciamento frequentemente imposto por abordagens puramente quantitativas ou tecnocráticas.

Em conjunto, esses referenciais teóricos e metodológicos consolidam a escuta como um instrumento de produção de conhecimento, reconhecimento de direitos e participação social.



Por meio desse percurso, a valorização das narrativas locais atua como base para a formulação de respostas reparatórias mais justas, contextualizadas e efetivas.

6. Metodologia

A metodologia de escuta da população atingida foi estruturada a partir da combinação de estratégias e métodos qualitativos, orientados por uma abordagem participativa, territorializada e sensível às dimensões psicossociais do desastre. O modelo buscou assegurar a participação ativa da população atingida como pessoas detentoras de direito e reparação imaterial.

A escuta foi organizada nas dimensões **individual** e **coletiva**, reconhecendo as consequências de desastres que se manifestam de forma simultaneamente subjetiva e social, exigindo métodos complementares.

A escuta individual permite conhecer trajetórias, percepções e experiências singulares, fundamentais para identificar danos extrapatrimoniais relacionados à saúde mental, à dignidade e aos projetos de vida, bem como os sentidos atribuídos ao desastre no cotidiano.

A escuta coletiva, por sua vez, possibilita compreender como esses impactos se expressam nas relações sociais, nos vínculos comunitários e nas dinâmicas territoriais. Os desastres afetam redes de solidariedade, modos de convivência e estruturas comunitárias, tornando necessárias estratégias como grupos focais, rodas de conversa e encontros participativos para captar memórias compartilhadas, processos de desagregação e também de resistência.

A articulação entre essas duas dimensões qualifica a produção de evidências, ao combinar profundidade analítica e compreensão ampliada dos fenômenos sociais, além de reforçar o compromisso ético e metodológico com o reconhecimento integral das pessoas atingidas, em sua singularidade e em sua inserção coletiva.

A partir das dimensões, foram adotadas as estratégias: escuta em grupos, escuta de representantes de segmentos impactados e escuta individual. Todas as estratégias consideraram os eixos de identificação na aplicação.

As escutas em grupos utilizaram o método grupo focal, agregado ao uso de metodologia participativa e afetiva voltada à valorização de memórias, vínculos e experiências. A identificação de grupos considerados prioritários³ fez parte desse processo.

³ Os 14 grupos prioritários inicialmente mapeados pelo CGDE são: Trabalhadoras e Trabalhadores; Pessoas LGBTQIAPN+; Crianças; Adolescentes; Jovens; Pessoas Negras; Representantes Religiosos; Mulheres; Pessoas com Deficiências (PCDs);



A escuta por segmentos utilizou os métodos de mapeamento, roda de conversa e encontros abertos com pessoas atingidas, lideranças, representantes e instituições atuantes nas áreas: Trabalho informal e Empreendedorismo, Cultura, Raça/Etnia, Religião e Esporte.

A escuta individual foi realizada de forma ampliada nos territórios e utilizou os métodos de escuta aberta com uso de ferramenta digital, mobilização por meio de campanha publicitária e busca ativa no território.

A partir das estratégias e dos métodos aplicados, a metodologia possibilitou não apenas a produção qualificada de informações, mas também o fortalecimento de vínculos, o reconhecimento das experiências vividas e as perspectivas da população atingida em relação ao desastre e a reparação.

A figura abaixo apresenta a visão geral da metodologia da escuta:

Pessoa Idosa; Fazedoras e Fazedores de cultura; Agentes dos esportes; Povos da Lagoa; e Voluntárias e Voluntários. Posteriormente, no decorrer do processo de escuta, o grupo "Pessoas em Situação de Rua" foi acrescentado para assegurar a inclusão dessa população, totalizando os 15 grupos atuais.



Metodologia de escuta da população atingida

Concepção e abordagem

Dimensões da Escuta (Complementaridade)



Dimensão Individual

Trajetórias, percepções, experiências singulares

Sentidos atribuídos ao desastre



Dimensão Coletiva

Relações sociais, vínculos comunitários, dinâmicas territoriais

Memórias compartilhadas.

Estratégias e métodos



Escuta em grupos

Grupos prioritários

Métodos:

Grupo focal

Metodologia participativa e afetiva

Valorização de memórias e vínculos



Escuta de segmentos

Representantes, lideranças, instituições

Métodos:

Mapeamento, roda de conversa, encontros abertos

Áreas:

Trabalho informal, cultura, raça/etnia, religião, esporte



Escuta Individual

No território

Métodos:

Escuta aberta com ferramenta digital, busca ativa, campanha publicitária

Resultados da Metodologia

Produção qualificada de informações

Reconhecimento de experiências vividas

Fortalecimento de vínculos

Perspectivas da população para reparação

Alcance da população atingida





7. Estratégias de Escuta

Escutas Coletivas

A escuta foi realizada por meio de grupos planejados em espaços concebidos como ambientes de diálogo aberto e acolhedor, nos quais as pessoas participantes puderam compartilhar experiências, memórias, percepções e reflexões sobre as transformações vivenciadas em seus territórios e em suas trajetórias de vida em decorrência do desastre socioambiental. A dinâmica coletiva favoreceu a construção de narrativas compartilhadas sobre os impactos do deslocamento, a perda de referências territoriais e as mudanças nas formas de convivência comunitária.

Para viabilizar esse processo, a metodologia adotada tomou como referência o [*Manual em Família*⁴](#), estruturando os encontros a partir de vivências lúdicas, afetivas e poéticas que potencializam a escuta ativa e qualificada. As atividades foram conduzidas por meio de conversas abertas em espaços ambientados com elementos sensoriais, como música, contação de histórias e “lanches afetivos com representações simbólicas a partir da vivência e cultura local”, com o objetivo de criar um ambiente seguro e propício à expressão. O uso de ferramentas expressivas, como a construção de linhas do tempo, permitiu que as pessoas participantes nomeassem coletivamente perdas imateriais, como o rompimento de vínculos comunitários e o apagamento de referências culturais, e contribuíssem na proposição de caminhos para a reparação dos danos extrapatrimoniais.

O processo de escuta foi conduzido com rigoroso zelo ético, certificando o respeito aos direitos, à dignidade e à proteção integral das pessoas participantes. Todas as atividades foram realizadas em ambientes restritos, seguros e acolhedores, com acompanhamento contínuo de profissionais de psicologia, garantindo suporte qualificado durante todo o processo. As ações foram precedidas pela apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando a transparência quanto aos objetivos, ao uso das informações e à voluntariedade da participação. Nos casos envolvendo crianças e adolescentes, foram observados os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a devida autorização de responsáveis e a adoção de metodologias compatíveis com sua proteção e desenvolvimento. A escuta também considerou as legislações e normativas específicas de proteção aos diferentes grupos sociais envolvidos, respeitando suas especificidades e condições de vulnerabilidade. Além disso, o tratamento das

⁴ Trata-se de uma ferramenta de escuta participativa e afetiva, focada no fortalecimento de vínculos e na comunicação sensível. No escopo da reparação socioambiental em Maceió, a metodologia foi adaptada para promover uma escuta qualificada da população atingida, utilizando dinâmicas como mapas afetivos e linhas do tempo. O objetivo é criar um ambiente seguro e acolhedor para o compartilhamento de memórias, narrativas e percepções.



informações seguiu as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo confidencialidade, privacidade e uso responsável dos dados coletados. Como desdobramento do cuidado ético, foram adotadas estratégias de acompanhamento posterior às atividades, com o objetivo de fortalecer vínculos de confiança com as pessoas participantes e garantir eventual suporte psicossocial após a realização das escutas.

As pessoas participantes das escutas coletivas foram atingidas diretamente pelo desastre e moram nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol, totalizando 131 pessoas. Os grupos foram realizados entre os dias 23 e 26 de novembro de 2024⁵.

Foram alcançados os seguintes grupos:

Ícone	Grupo	Caracterização Principal
	Crianças	Idade de 10 a 12 anos incompletos.
	Adolescentes	Jovens de 12 a 17 anos incompletos.
	Jovens	Pessoas entre 18 e 29 anos.
	Pessoas idosas	Pessoas a partir de 60 anos, incluindo esportistas amadores.
	Pessoas Trabalhadoras	Profissionais com vínculo formal de empresa, sem vínculo, que atuam com serviços domésticos e aprendizes.
	Mulheres	Incluindo cuidadoras familiares e mães solo.
	Pessoas negras	Lideranças de movimentos negros e de resistência política.

⁵ Os grupos foram realizados em parceria com a Associação Casa das Caldeiras, detentora do método “[Manual em Família](#)”.



	Povos da Lagoa	Marisqueiras, pessoas pescadoras e pessoas moradoras da margem da Lagoa Mundaú.
	Pessoas religiosas	Representantes de diversas matrizes e denominações (católica, evangélica, africana, espírita).
	Pessoas LGBTQIAPN+	Diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero.
	Agentes do esporte	Pessoas ligadas ao futebol de várzea e projetos sociais esportivos.
	Pessoas voluntárias	Ativistas em causas comunitárias e lideranças locais.

Adicionalmente, a metodologia contou com a etapa de entrevistas em profundidade com objetivo de identificar especificidades previamente identificadas nos grupos. Foram realizadas 20 entrevistas no período de 23 a 26 de novembro de 2024, aplicadas por pessoa entrevistadora capacitada para abordagem sensível e com a presença de um psicólogo para apoio psicossocial.



Escuta dos segmentos impactados

Trabalho informal e empreendedorismo

A escuta de pessoas empreendedoras e pessoas trabalhadoras informais foi estruturada como um dispositivo metodológico participativo, orientado à identificação e qualificação dos danos extrapatrimoniais associados à desestruturação das atividades produtivas e dos modos de vida no contexto do desastre socioambiental. Partiu-se do entendimento de que o trabalho e a geração de renda constituem dimensões centrais na organização da vida social, na construção da autonomia e na sustentação de vínculos comunitários, sendo profundamente impactados por processos de deslocamento, perda de clientela, ruptura de cadeias produtivas e



fragilização das redes de cooperação. Nesse sentido, a escuta foi orientada para compreender como esses impactos incidem sobre as trajetórias produtivas, as condições de subsistência e a identidade social dos grupos atingidos, bem como para subsidiar a formulação de estratégias de reparação sensíveis às dinâmicas econômicas e territoriais.

A metodologia adotada foi implementada por meio de um processo de mapeamento estruturado, utilizando instrumento de coleta de dados em formato de questionário digital, elaborado para captar, de forma integrada, os impactos econômicos, sociais e subjetivos vivenciados por pessoas empreendedoras e pessoas trabalhadoras informais, pessoas pescadoras e marisqueiras. O desenho metodológico combinou perguntas fechadas e abertas, permitindo a articulação entre análises quantitativas e qualitativas. O instrumento foi organizado em blocos temáticos que contemplaram dimensões como perfil socioeconômico e ocupacional, trajetória produtiva e adaptação pós-desastre, acesso a recursos e infraestrutura, redes de cooperação, percepções sobre o território e impactos subjetivos e comunitários. Como diretriz transversal, o questionário foi elaborado em linguagem simples, clara e acessível, buscando adequação aos diferentes níveis de letramento e garantindo maior compreensão, autonomia e inclusão das pessoas participantes no processo de resposta.

Como estratégia de operacionalização, o questionário foi disponibilizado em formato digital, com participação espontânea e voluntária, no período entre outubro e dezembro de 2024, priorizando o acesso ampliado e a diversidade de perfis. A metodologia não teve como objetivo a representatividade estatística, mas sim a produção de evidências qualificadas a partir das experiências vividas, permitindo compreender percepções, demandas e necessidades concretas da população atingida. A abordagem adotada possibilitou reconhecer a heterogeneidade dos grupos impactados, considerando diferentes formas de inserção produtiva e níveis de formalização, bem como as especificidades territoriais e socioculturais.

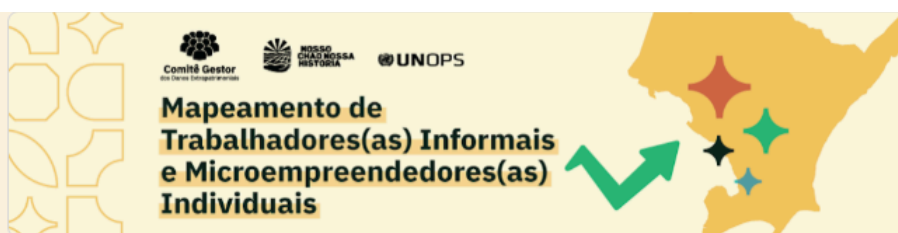
O processo analítico foi estruturado a partir de duas abordagens complementares. De um lado, realizou-se uma análise descritiva das respostas fechadas, voltada à caracterização dos perfis e à identificação de padrões nos impactos relatados. De outro, desenvolveu-se uma análise qualitativa temática das respostas abertas, baseada em procedimentos de codificação progressiva. Inicialmente, foi realizada uma leitura exploratória dos dados, seguida da identificação de unidades de sentido e da construção de categorias analíticas intermediárias, posteriormente organizadas em eixos mais amplos, como perda de renda, deslocamento territorial, fragilização das redes produtivas, adoecimento e estratégias de recomeço. Para garantir consistência e transparência, foi elaborado um sistema de codificação (codebook), com definição de categorias, critérios de classificação e exemplos representativos, permitindo maior rigor analítico e padronização na interpretação dos dados.



A composição das pessoas participantes contemplou diferentes perfis de pessoas trabalhadoras e empreendedoras atingidas, incluindo microempreendedoras(es) individuais, pessoas trabalhadoras informais, pessoas pescadoras e marisqueiras, em busca da diversidade de experiências e abrangência das atividades econômicas impactadas. O mapeamento permitiu identificar não apenas perdas materiais e produtivas, mas também rupturas em vínculos sociais, saberes tradicionais e formas de organização comunitária associadas ao trabalho.

A condução da escuta observou rigorosos parâmetros éticos, garantindo a participação voluntária, o consentimento livre e esclarecido, a confidencialidade das informações e o anonimato das pessoas respondentes. Todo o processo esteve em conformidade com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo o tratamento seguro, responsável e transparente dos dados coletados. Além disso, foram adotadas medidas para assegurar que a participação ocorresse de forma informada e consciente, respeitando o direito das pessoas de não responder ou interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Por fim, o processo integrou o conjunto de estratégias metodológicas do Programa voltadas à produção de evidências para a reparação dos danos extrapatrimoniais, contribuindo para o aprofundamento da compreensão sobre os impactos do desastre na economia local e para a formulação de ações mais aderentes às necessidades e capacidades produtivas das comunidades atingidas. Ao reconhecer o trabalho como dimensão estruturante da vida social, a metodologia adotada fortalece a construção de respostas que articulem recuperação econômica, reconstrução de vínculos e promoção da autonomia das pessoas.



Mapeamento de Trabalhadores(as) Informais e Microempreendedores(as) Individuais

Olá!

Este mapeamento faz parte das atividades do **Programa Nosso Chão, Nossa História** e busca entender os danos morais coletivos enfrentados pelos trabalhadores(as) atingidos pelo desastre socioambiental, afundamento do solo, provocado pela mineração em Maceió (AL).



Escuta sobre Raça e Etnia

A escuta no contexto de raça e etnia foi estruturada como um dispositivo metodológico participativo, orientado pela incorporação da perspectiva racial na análise dos impactos de desastres socioambientais, considerando a complexidade do desastre. Partiu-se do pressuposto de que os desastres, em geral, produzem efeitos desiguais sobre grupos sociais distintos, exigindo abordagens analíticas capazes de evidenciar a dimensão estrutural do racismo e suas interseções com outros marcadores sociais, como gênero, idade e deficiência. Nesse sentido, a escuta foi concebida como estratégia para qualificação dos danos extrapatrimoniais, com foco na identificação de perdas imateriais, processos de desestruturação comunitária e impactos sobre práticas culturais e identitárias da população negra e de comunidades tradicionais.

A metodologia adotada combinou etapas de mapeamento institucional e facilitação de processos coletivos de análise. Inicialmente, foi realizado o mapeamento de partes interessadas com atuação na temática de Raça e Etnia, abrangendo instituições públicas, sistema de Justiça, conselhos de direitos, universidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Essa etapa teve como finalidade assegurar diversidade de perspectivas e qualificação do debate. Na fase de implementação, foi realizado um encontro, a partir de uma estratégia dialógica, iniciada pela contextualização institucional sobre o Programa e exposição conceitual orientadora sobre Raça, Etnia e Justiça em contextos de desastres, com função de alinhamento teórico-metodológico entre as pessoas participantes.

Como principal instrumento de operacionalização da escuta, foi utilizada a técnica da Árvore de Problemas⁶, aplicada como ferramenta de análise de causalidade. A utilização da técnica possibilitou a identificação de fatores estruturantes das desigualdades raciais no contexto do desastre, bem como a sistematização de seus desdobramentos sobre as condições de vida, os vínculos sociais e as expressões culturais dos grupos de pessoas atingidas. O processo foi mediado por pessoas facilitadoras especializadas no tema, garantindo a condução metodológica, a escuta qualificada e a participação equitativa das pessoas envolvidas, com valorização do conhecimento situado e das experiências vividas.

A condução da escuta observou rigorosos parâmetros éticos, integrados ao desenho metodológico. Foram assegurados procedimentos de consentimento livre e esclarecido, com explicitação dos objetivos, usos e limites da participação. O encontro foi realizado em ambiente controlado, concebido para garantir segurança, confidencialidade e condições adequadas de expressão, com suporte contínuo de profissionais da área psicossocial. O

⁶ Metodologia participativa de planejamento e diagnóstico analítico que utiliza a metáfora visual de uma árvore para mapear e estruturar a relação de causalidade de uma situação-problema. O tronco representa o problema central; as raízes ilustram as causas (imediatas e estruturais); e as folhas e galhos representam os efeitos ou consequências.



desenho metodológico incorporou, ainda, diretrizes específicas de proteção a grupos em situação de maior vulnerabilidade, em conformidade com marcos normativos vigentes, incluindo os princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados.

Por fim, as pessoas participantes foram definidas de modo a contemplar tanto aquelas diretamente atingidas pelo desastre quanto as que são protagonistas institucionais ou que integram coletivos com acúmulo na pauta racial, observando a densidade analítica e pluralidade de contribuições. A operacionalização dos encontros integrou o conjunto de ações metodológicas voltadas à incorporação da dimensão racial nos processos de diagnóstico e formulação de estratégias de reparação dos danos extrapatrimoniais.

O encontro ocorreu em 19 de agosto de 2025, com a participação de 20 pessoas. Esse grupo foi composto por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conselhos de igualdade racial, lideranças de comunidades tradicionais de matriz africana, movimento negro e NEABI-UFAL (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas)⁷.



⁷ NEABI UFAL é um órgão acadêmico da Universidade Federal de Alagoas que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão focadas nas relações étnico-raciais, combate ao racismo e igualdade racial.



Escuta sobre Prática da Religião

A escuta no âmbito da religião seguiu a lógica de estruturação considerando a ação como um dispositivo metodológico participativo voltado à identificação e qualificação dos danos extrapatrimoniais relacionados às práticas de fé no contexto do desastre socioambiental. Partiu-se do entendimento de que a dimensão religiosa constitui um elemento central na organização da vida comunitária, na produção de sentido e na sustentação de vínculos sociais, sendo, portanto, profundamente impactada por processos de deslocamento, desestruturação territorial e ruptura de redes de convivência. Nesse sentido, a escuta foi orientada para compreender como os danos à prática religiosa, à memória coletiva e às expressões de fé incidem sobre a identidade dos grupos de pessoas atingidas, bem como para subsidiar a construção de estratégias de reparação sensíveis a essas dimensões.

A metodologia adotada foi implementada por meio de diálogo dirigido em encontros durante a realização da Semana Fé, Memória e Território: Caminhos de reparação para o povo de fé, sob facilitação técnica especializada. O desenho metodológico combinou encontros e oficinas participativas e uma celebração inter-religiosa, estruturadas como espaços de escuta qualificada, diálogo e elaboração coletiva. As oficinas foram organizadas a partir de uma abordagem participativa centrada no protagonismo das pessoas atingidas, reconhecendo lideranças e fiéis como vozes sociais ativas na formulação de propostas de reparação. Para tanto, foi desenvolvido um roteiro de facilitação com duração média de 2h30, adaptável às especificidades de cada tradição religiosa e ao perfil das pessoas participantes.

Como estratégia de operacionalização, a metodologia inspirou-se no método World Café⁸, favorecendo a construção de diálogos em pequenos grupos e a circulação de ideias em um ambiente colaborativo. Considerando a diversidade de repertórios culturais, experiências religiosas e níveis de letramento, optou-se pela realização de oficinas segmentadas por tradição religiosa, de modo a garantir maior identificação entre as pessoas participantes e favorecer a expressão qualificada das experiências vividas. A condução metodológica priorizou a criação de um ambiente seguro e acolhedor, sustentado por relações de confiança e proximidade territorial, viabilizadas por meio da articulação em rede com comunidades de fé locais. A mobilização foi realizada com base em vínculos comunitários previamente estabelecidos, objetivando a participação de diferentes perfis, para além das lideranças religiosas e ampliando a diversidade de vozes no processo de escuta.

⁸ Processo de diálogo estruturado e participativo projetado para facilitar o compartilhamento de conhecimentos e a construção de inteligência coletiva em grupos diversos. A técnica baseia-se em ciclos de conversas em pequenas mesas, onde os participantes rotacionam periodicamente para promover o "cruzamento" e a polinização de ideias entre diferentes grupos. No âmbito da escuta de religião, o World Café foi utilizado para fomentar um ambiente de acolhimento e respeito à pluralidade, permitindo que lideranças e representantes de diferentes matrizes de fé dialogassem sobre os impactos do desastre socioambiental.



As pessoas participantes incluíram lideranças e fiéis de comunidades religiosas situadas nos territórios diretamente afetados pelo desastre, bem como em áreas de borda⁹ impactadas, garantindo abrangência territorial e pluralidade de perspectivas. A estratégia de mobilização incluiu a realização das atividades em espaços das próprias comunidades de fé, o que contribuiu para o engajamento e a adesão das pessoas participantes. As atividades ocorreram entre os dias 1 e 9 de setembro de 2025, apresentaram média de participação de aproximadamente 10 pessoas por encontro, com variações conforme a tradição religiosa e o território, enquanto a celebração inter-religiosa alcançou um público ampliado, aproximando-se de 80 pessoas participantes, evidenciando a capacidade de articulação e mobilização do processo.

A condução da escuta observou rigorosos parâmetros éticos, integrados ao desenho metodológico. Foram assegurados procedimentos de consentimento livre e esclarecido, com a devida informação sobre os objetivos, usos e limites da participação. As atividades foram realizadas em ambientes seguros, acolhedores e culturalmente adequados, respeitando as especificidades simbólicas e rituais de cada tradição religiosa. O processo contou com suporte de apoio psicossocial nas atividades. Foram observados os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, assegurando confidencialidade e uso responsável das informações coletadas.

⁹ Áreas situadas na fronteira entre a área desabitada (em decorrência do deslocamento forçado causado pelo desastre) e a área habitada.



Por fim, a escuta integrou o conjunto de estratégias metodológicas voltadas à incorporação das dimensões simbólicas, culturais e espirituais nos processos de diagnóstico e formulação de ações de reparação dos danos extrapatrimoniais, reconhecendo o papel estruturante da fé e das práticas religiosas na reconstrução da vida comunitária em contextos de desastre.





Cultura

A escuta sobre cultura foi estruturada como um dispositivo metodológico participativo voltado à identificação e qualificação dos danos extrapatrimoniais vivenciados por pessoas fazedoras e profissionais da cultura no contexto do desastre socioambiental. Partiu-se do entendimento de que a cultura constitui dimensão central da vida social e territorial, estando diretamente relacionada à memória coletiva, às formas de expressão simbólica e aos modos de produção de pertencimento. Nesse sentido, a escuta foi orientada para compreender os impactos imateriais decorrentes do desastre, como a interrupção de práticas culturais, a perda de referências territoriais e a fragilização de redes de produção e circulação cultural, tendo como eixo estruturante a reparação social e o protagonismo das pessoas atingidas.

A metodologia adotada combinou estratégias de mobilização ativa e facilitação de processos coletivos de escuta. A implementação ocorreu por meio de encontros estruturados a partir de uma perspectiva dialógica e participativa, realizados em espaço de referência artística da cidade, com o objetivo de favorecer a identificação entre as pessoas participantes e estimular a construção de redes de apoio. O processo de mobilização integrou busca ativa de pessoas fazedoras de cultura, chamamentos públicos em redes sociais e visitas territoriais em áreas de borda, assegurando a inclusão de profissionais sem formalização jurídica ou com restrições de mobilidade. O desenho metodológico foi estruturado de modo a garantir acessibilidade, diversidade e ampla participação.

Como estratégia de operacionalização, os encontros foram organizados em três momentos complementares. O primeiro consistiu na contextualização institucional sobre o Programa e sobre os danos extrapatrimoniais às pessoas participantes. O segundo momento foi dedicado à escuta dos impactos do desastre sobre a cultura local, sendo iniciado por estímulos audiovisuais que apresentavam narrativas de perdas culturais, seguidos da livre expressão das pessoas participantes. Para garantir equidade na participação, foram adotados mecanismos combinados de inscrição de fala e registro escrito, possibilitando que diferentes formas de expressão fossem contempladas. O terceiro momento foi voltado à construção de proposições de reparação, também iniciado por estímulos orientadores, seguido da manifestação das pessoas participantes sobre caminhos, ações e projetos possíveis para enfrentamento dos danos identificados.



Adicionalmente, a metodologia incorporou o uso de ferramentas expressivas e linguagens artísticas como dispositivos de escuta, a exemplo da produção de charges em tempo real e de apresentações culturais, como o coco de roda, reconhecendo tais práticas como formas legítimas de elaboração simbólica e reafirmação da cultura viva nos territórios. Esses recursos contribuíram para ampliar as possibilidades de expressão, favorecer a participação e qualificar a compreensão dos impactos imateriais.

A condução da escuta observou rigorosos parâmetros éticos, integrados ao desenho metodológico. Foram assegurados procedimentos de consentimento livre e esclarecido, com explicitação dos objetivos, usos e limites da participação. A roda de conversa foi realizada em ambiente seguro, acessível e acolhedor, com suporte de apoio psicossocial, garantindo condições adequadas para a expressão de experiências e manejo de possíveis mobilizações emocionais. Foram observadas as normativas de proteção aplicáveis aos diferentes públicos de pessoas participantes, bem como os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, assegurando confidencialidade e uso responsável das informações coletadas.

Por fim, a escuta no eixo de cultura integrou o conjunto de estratégias metodológicas voltadas à incorporação das dimensões simbólicas, artísticas e identitárias nos processos de diagnóstico e formulação de ações de reparação dos danos extrapatrimoniais, reconhecendo a cultura como elemento estruturante da reconstrução do tecido social em contextos de desastre.



As rodas de conversa foram realizadas em dois momentos (Janeiro e Julho de 2025), com um total de 50 participantes.





Esporte

A escuta sobre esporte foi estruturada como um dispositivo metodológico participativo voltado à identificação e qualificação dos danos extrapatrimoniais relacionados às práticas esportivas no contexto do desastre socioambiental. Partiu-se do entendimento de que o esporte, para além de sua dimensão recreativa, constitui um importante vetor de sociabilidade, promoção de saúde, construção de identidade e fortalecimento de vínculos comunitários. Nesse sentido, a escuta foi orientada para compreender os impactos imateriais decorrentes da desestruturação dos territórios, como a perda de espaços de prática, a interrupção de atividades coletivas e o enfraquecimento de redes esportivas locais, bem como para subsidiar a construção de estratégias de reparação baseadas no protagonismo das pessoas atingidas.

A metodologia adotada consistiu na adaptação de referenciais participativos inspirados no Manual em Família, orientados para a promoção de estados de presença, escuta qualificada e reconexão das pessoas participantes com suas trajetórias, valores e experiências no campo esportivo. O desenho metodológico foi estruturado em encontros presenciais, organizados em formato de diálogo coletivo, com o objetivo de favorecer a construção de vínculos, o reconhecimento de capacidades locais e a elaboração compartilhada de propostas. A operacionalização da escuta compreendeu três etapas principais: acolhimento, diagnóstico dos impactos e construção de caminhos de reparação.

Na etapa de acolhimento, buscou-se estabelecer um ambiente relacional seguro e afetivo, com recepção individualizada das pessoas participantes e organização do espaço em formato circular, favorecendo a horizontalidade das interações. Na etapa de desenvolvimento, foi realizada uma contextualização institucional sobre o Programa e os objetivos da escuta, seguida de estímulos orientadores que promoveram a reflexão sobre o antes e o depois do desastre em relação às práticas esportivas nos territórios atingidos. As pessoas participantes foram convidadas a compartilhar suas experiências sobre as condições de realização do esporte no período anterior ao desastre e os impactos decorrentes da sua ocorrência, incluindo mudanças nas dinâmicas comunitárias, dificuldades de acesso e descontinuidade de iniciativas. Na etapa final, foram apresentadas perspectivas de encaminhamento relacionadas às ações de reparação, incentivando a contribuição das pessoas participantes na proposição de estratégias e iniciativas voltadas ao fortalecimento do esporte como ferramenta de reconstrução social.

A escuta integrou o conjunto de estratégias metodológicas voltadas à incorporação das dimensões relacionais, comunitárias e de bem-estar nos processos de diagnóstico e formulação de ações de reparação dos danos extrapatrimoniais, reconhecendo o esporte como elemento estruturante na reconstrução do tecido social em contextos de desastre.



Foram assegurados procedimentos de consentimento livre e esclarecido, com explicitação dos objetivos, usos e limites da participação. As atividades foram realizadas em ambientes seguros, acolhedores e adequados à interação coletiva, com suporte psicossocial contínuo, garantindo condições apropriadas para a expressão das vivências e o manejo de possíveis mobilizações emocionais. Foram observadas as normativas de proteção aplicáveis aos diferentes públicos de pessoas participantes, bem como os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, assegurando confidencialidade e uso responsável das informações coletadas.

Os encontros foram realizados em diferentes momentos e territórios, incluindo atividades no Instituto Quintal Cultural, localizado no bairro do Bom Parto, e na Associação Clube Bandeirantes, situada no bairro de Bebedouro, espaços viabilizados por meio da articulação com lideranças locais, o que contribuiu para a mobilização e adesão das pessoas participantes. A composição do público contemplou diversidade de perfis vinculados ao campo esportivo, incluindo lideranças de times de futebol de várzea, coordenadores de escolinhas esportivas, praticantes de atividades físicas, pessoas gestoras de clubes e representantes de iniciativas comunitárias de esporte e lazer, assegurando pluralidade de perspectivas e experiências. Os encontros reuniram 40 participantes.





Escuta Individual

A escuta individual foi estruturada como um dispositivo metodológico de abordagem direta e territorializada, voltado à identificação e qualificação dos danos extrapatrimoniais vivenciados pela população atingida pelo desastre socioambiental. Partiu-se do pressuposto de que a compreensão aprofundada dos impactos requer a criação de condições que possibilitem às pessoas expressarem suas experiências de forma individualizada, considerando suas trajetórias, contextos de vida e especificidades. Nesse sentido, a escuta individual foi concebida como estratégia central para compreender percepções, demandas, vulnerabilidades e prioridades, assegurando a participação direta das pessoas atingidas na produção de subsídios para o desenho de ações de reparação.

A metodologia adotada combinou estratégias de mobilização por meio de campanha de comunicação multicanal, uso de tecnologia digital para coleta de relatos e busca ativa territorial, priorizando o alcance da população diretamente atingida pelo desastre. A articulação dessas estratégias resultou na estruturação de um modelo híbrido de coleta de informações, alinhado a abordagens contemporâneas de produção de evidências em contextos de alta complexidade social.

No contexto da comunicação para o desenvolvimento, a mobilização social não se resume a campanhas de publicidade isoladas, mas envolve um conjunto de estratégias articuladas para alcançar, informar e engajar diferentes públicos. Nesse sentido, a comunicação cumpre uma função pública importante: garantir transparência sobre as ações, ampliar o acesso à informação e facilitar a participação das pessoas, especialmente em contextos marcados por desigualdades, vulnerabilidades históricas e dificuldade de acesso a canais formais (UNESCO, 2018; Servaes, 2008). Ao combinar diferentes formas de comunicação, a estratégia contribui para ampliar o alcance das iniciativas, fortalecer a confiança e estimular uma participação mais consciente e informada, sendo parte essencial para a inclusão social e o exercício da cidadania (Paiva, 2007; Waisbord, 2015).

Estratégias multimodais ampliam o alcance e reduzem vieses de seleção ao combinar canais passivos e ativos de engajamento, conforme discutido por Robert K. Yin (2015), ao enfatizar a importância da triangulação de fontes. Nesse contexto, o uso de ferramentas digitais potencializa a coleta, sistematização e análise de dados em larga escala, enquanto a busca ativa territorial é amplamente reconhecida na literatura sobre políticas públicas e proteção social como estratégia fundamental para inclusão de populações em situação de vulnerabilidade e para a garantia de acesso a direitos, conforme apontado por Lena Lavinas (2013). A integração dessas dimensões fortalece a confiabilidade das evidências produzidas, amplia o acesso a diferentes perfis populacionais e contribui para maior aderência das ações



às realidades locais. Essa abordagem está em consonância com diretrizes de organismos internacionais como o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que destacam a importância de sistemas de informação inclusivos, participação social e uso estratégico de dados para qualificar a tomada de decisão em contextos de risco e desastre.

A condução da escuta utilizou-se de parâmetros éticos, integrados ao desenho metodológico. Foram assegurados procedimentos de consentimento livre e esclarecido, com explicitação dos objetivos, usos e limites da participação, garantindo sua voluntariedade. As abordagens foram realizadas de forma respeitosa, em condições que assegurem privacidade e confidencialidade, considerando as especificidades e vulnerabilidades das pessoas participantes. O processo contou com suporte psicossocial para manejo de situações sensíveis, especialmente em casos de relatos de sofrimento ou violação de direitos. Foram observados os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo o tratamento seguro, ético e responsável das informações coletadas. Adicionalmente, foram adotadas medidas para assegurar a acessibilidade do processo a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, bem como a restrição da participação a maiores de 18 anos.

Por fim, a escuta individual integrou o conjunto de estratégias metodológicas do projeto voltadas à produção de evidências qualificadas para a reparação de danos extrapatrimoniais, contribuindo tanto para a ampliação do alcance territorial quanto para o aprofundamento da compreensão dos impactos do desastre em suas múltiplas dimensões, subsidiando a formulação de respostas mais aderentes às realidades e necessidades da população atingida.



Detalhamento das estratégias

Campanha de Comunicação - **ECO**A:

A Campanha ECOA marcou a primeira grande ação de comunicação ampla e externa do Programa Nosso Chão, Nossa História em Maceió, sendo estruturada como parte integrante do processo de escuta e como ferramenta para divulgação e posicionamento da iniciativa. O principal objetivo foi divulgar e tornar acessível à população um canal seguro para compartilhamento de histórias e percepções sobre os danos morais coletivos causados pelo desastre da mineração da Braskem na capital alagoana, contribuindo para a transparência das ações e ampliando as possibilidades de participação.

Desde a concepção, a campanha adotou uma abordagem empática e diversa, reconhecendo a sensibilidade do tema e a necessidade de construir um ambiente de confiança. O acrônimo ECOA sintetiza essa proposta, ao remeter à ideia de “fazer sua voz ecoar”, fundamentado em quatro pilares:



Para apoiar o processo de divulgação da ECOA, a comunicação priorizou o uso de histórias reais de pessoas atingidas, com um olhar atento à diversidade e inclusão. Foram selecionadas três pessoas, indicadas pelo Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais (CGDE), que representam diferentes vivências e formas de impacto do desastre: Daiane, marisqueira, mãe atípica e moradora da área afetada. Negro da Luz Alagoano, artista, integrante de roda de coco, de religião de matriz africana e ex-morador de um dos bairros atingidos; e Léo, comerciante, pessoa com deficiência e também ex-morador de uma das regiões impactadas. A escolha desses perfis partiu do entendimento de que o desastre afeta grupos e trajetórias de maneiras distintas.

O compartilhamento dessas histórias buscou gerar identificação, acolhimento e reconhecimento, incentivando a participação na escuta individual ampliada.



A estratégia de comunicação combinou diferentes frentes de atuação, articulando meios de massa, canais digitais e ações territoriais, de forma integrada. Foram utilizadas mídias tradicionais, como televisão e rádio, mídias externas em pontos de grande circulação e plataformas digitais, além de ações presenciais, como distribuição de materiais informativos e ativações em campo. Essa abordagem multicanal também apoiou diretamente as ações de mobilização e busca ativa nos territórios, ampliando o acesso à informação inclusive para públicos com menor conectividade digital.



Os canais de divulgação da ECOA incluíram:

- **Redes sociais:** Publicação de 131 conteúdos no perfil do Programa Nosso Chão, Nossa História no Instagram, sendo 48 reels e 870 stories, ampliando o engajamento e a presença digital junto aos públicos.
- **Mídia digital:** Alcance de 21.267.668 impressões e mais de 101 mil cliques, além de 400.000 impressões em banners em portais de internet, gerando impacto expressivo e direcionando o público para o canal de escuta.
- **Mídia offline:** Instalação de seis outdoors em vias estratégicas, presença em seis linhas de busdoor e personalização de dois abrigos de ônibus, garantindo visibilidade tanto para passageiros quanto para pedestres e motoristas em pontos de grande fluxo.
- **Mídia de massa:** Veiculação de 357 inserções em rádio, em três emissoras locais, e 377 em televisão, ampliando o alcance da campanha para diferentes faixas etárias e classes sociais.
- **Ação direta:** Realização de 17 ações de panfletagem nos meses de Julho e Agosto de 2025, com distribuição média de 2 mil folhetos por ação, permitindo que o público leve a mensagem consigo e tenha um ponto de contato físico e detalhado com o objetivo da campanha.

Além de ampliar o conhecimento sobre o Programa e seus objetivos e levar as pessoas a acessarem o canal de escuta individual, a campanha ECOA contribuiu para consolidar sua presença no território, estabelecer uma primeira conexão estruturada com a população de Maceió e fortalecer as bases para as etapas seguintes de escuta e implementação das ações de reparação. Ao integrar divulgação, mobilização e escuta, a comunicação atuou como elemento estruturante da própria ação, potencializando seu alcance, legitimidade e efetividade.



Ferramenta Digital - IARA:

A escuta individual foi operacionalizada por meio da IARA, assistente virtual desenvolvida para atuar no ambiente do WhatsApp, ampliando o acesso da população ao processo de escuta de forma simples, segura e contínua. Mais do que uma ferramenta digital propriamente dita, a IARA foi concebida como uma solução integrada, que articula uma persona conversacional, recursos de inteligência artificial e um fluxo estruturado de interação, adaptado ao contexto sociocultural local, em conformidade com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Como diferencial metodológico, a ferramenta incorporou múltiplos formatos de interação, incluindo o envio e recebimento de mensagens em áudio, permitindo que às pessoas usuárias participassem de forma oral. Essa funcionalidade foi fundamental para superar barreiras de comunicação, especialmente entre pessoas idosas, com baixa escolaridade ou em situação de analfabetismo, garantindo maior inclusão, autonomia e equidade no processo de participação. Ao reconhecer diferentes formas de expressão, ela ampliou significativamente o alcance da escuta e a diversidade dos perfis participantes.

A mediação da comunicação foi realizada por meio da assistente virtual, chamada IARA, uma inteligência artificial automatizada e adaptada ao contexto sociocultural local, responsável por conduzir as interações durante a campanha de escuta. O fluxo de interação foi estruturado a partir de roteiros conversacionais padronizados, permitindo a coleta sistemática de informações, ao mesmo tempo em que preservava a flexibilidade necessária para acolher narrativas diversas, experiências singulares e conteúdos emergentes.

No que se refere à governança dos dados, a IARA foi desenhada com ênfase na segurança da informação, priorizando o armazenamento protegido, a confidencialidade e o uso ético dos dados coletados. Esse cuidado foi essencial para fortalecer a confiança das pessoas participantes e garantir a integridade do processo, assegurando que todas as informações fossem tratadas em conformidade com os princípios da LGPD.

Após a coleta, os dados passaram por um processo estruturado de análise, no qual as interações foram classificadas e organizadas por categorias temáticas. Esse procedimento permitiu identificar situações sensíveis, como relatos de violência, violação de direitos e ideação suicida, mapear perfis e públicos específicos e detectar eventuais inconsistências ou indícios de fraude. A existência desses mecanismos reforça o caráter responsável da escuta, articulando a produção de evidências com a proteção das pessoas participantes.

Nesse contexto, a escuta individual foi conduzida por meio de um roteiro semiestruturado, integrado à IARA, concebido para orientar a coleta de informações de forma sistemática,



sensível e comparável. O instrumento foi desenvolvido por equipe multiprofissional, com centralidade da área de psicologia na definição dos fluxos de interação, na formulação das perguntas e na construção de protocolos de acolhimento, assegurando uma escuta qualificada, ética e tecnicamente orientada.

O roteiro foi estruturado de forma sequencial, a partir das dimensões território, indivíduo e coletivo, articuladas à identificação dos danos extrapatrimoniais. A progressão das perguntas foi cuidadosamente desenhada para iniciar com conteúdos mais objetivos e contextuais, avançando gradualmente para aspectos mais subjetivos e sensíveis, favorecendo o engajamento do participante e reduzindo riscos de retração ou revitimização.

O bloco inicial de perguntas teve como foco a dimensão territorial, a partir da identificação do vínculo do participante com os bairros diretamente afetados (Bebedouro, Mutange, Pinheiro, Farol e Bom Parto) segundo o Mapa de Linha de Ações Prioritárias¹⁰ elaborado pela Defesa Civil após o tremor ocorrido em 2018. A pergunta sobre local de moradia em 2018 e eventuais deslocamentos permitiu mapear mudanças territoriais, identificar processos de deslocamento forçado e compreender a relação entre o desastre e a reorganização espacial da vida das pessoas participantes. Esse conjunto de informações possibilita a identificação de danos extrapatrimoniais de natureza simbólica e territorial, relacionados à desconstrução do pertencimento, ruptura com o lugar e descontinuidade de modos de vida.

Ainda na dimensão do território, o roteiro incluiu uma pergunta voltada à evocação de memórias sobre os bairros afetados, estimulando a narrativa livre sobre experiências e vivências anteriores ao desastre. Essa estratégia metodológica permite acessar memórias afetivas e referências simbólicas, fundamentais para a compreensão dos danos imateriais associados à memória coletiva, identidade territorial e patrimônio cultural.

Na sequência, foram incluídas perguntas voltadas à identificação de impactos no acesso a serviços públicos e nas condições de vida atuais, como saúde, educação, transporte e assistência social, bem como mudanças na rotina e no consumo. Embora dialoguem com aspectos objetivos, essas questões contribuem para evidenciar danos extrapatrimoniais ao revelar processos de precarização da vida cotidiana, perda de autonomia e dificuldades no exercício de direitos.

A dimensão do coletivo foi explorada por meio de perguntas sobre o distanciamento de familiares, amigos e vizinhos, bem como sobre os efeitos do desastre nas relações sociais. Esse bloco permite identificar danos extrapatrimoniais de natureza relacional e comunitária,

¹⁰ Mapa de Linha de Ações Prioritárias é construído pela Defesa Civil de Maceió, junto com a Defesa Civil Nacional e com o apoio técnico do Serviço Geológico do Brasil (SGB), sendo sua última versão a de dezembro de 2020. O mapa tem por objetivo identificar áreas danificadas que exigem realocação imediata e mapear preventivamente regiões com risco de danos futuros.



relacionados ao enfraquecimento de vínculos, à desestruturação de redes de apoio e à fragmentação do tecido social. Complementarmente, foram incluídas perguntas prospectivas sobre possibilidades de reconstrução dessas relações, estimulando a elaboração de propostas que envolvem convivência, espaços coletivos e fortalecimento comunitário.

A dimensão do indivíduo foi abordada de forma transversal, especialmente nas perguntas relacionadas à situação financeira, trabalho e renda. Ao investigar perdas de emprego, mudanças nas fontes de renda e impactos econômicos decorrentes do desastre, o roteiro possibilitou identificar danos extrapatrimoniais que se manifestam na insegurança, na ruptura de projetos de vida e na perda de autonomia econômica. Esse bloco também incluiu perguntas voltadas à proposição de soluções, incentivando o participante a refletir sobre caminhos para a melhoria das condições de trabalho e renda da comunidade.

O roteiro incorporou, ainda, perguntas de caráter prospectivo ao longo de diferentes blocos, voltadas à identificação de sugestões para preservação da memória, melhoria da qualidade de vida e redução dos impactos do desastre. Essas perguntas reforçam o caráter participativo da escuta, reconhecendo as pessoas participantes como vozes sociais ativas na construção de soluções e estratégias de reparação.

Ao final, foi disponibilizado um espaço aberto de fala, permitindo que a pessoa participante compartilhasse livremente outras experiências, percepções ou sentimentos não contemplados nas perguntas anteriores. Esse recurso metodológico é fundamental para acolher conteúdos emergentes, possibilitando a expressão de aspectos subjetivos e a eventual revelação de situações sensíveis.

A integração entre o canal de comunicação IARA e o roteiro estruturado permitiu a produção de evidências qualificadas a partir de uma abordagem que articula dimensões territoriais, subjetivas e coletivas dos danos extrapatrimoniais. Essa arquitetura metodológica contribui para a formulação de estratégias de reparação mais precisas, responsivas e aderentes à complexidade das experiências vividas pela população atingida.

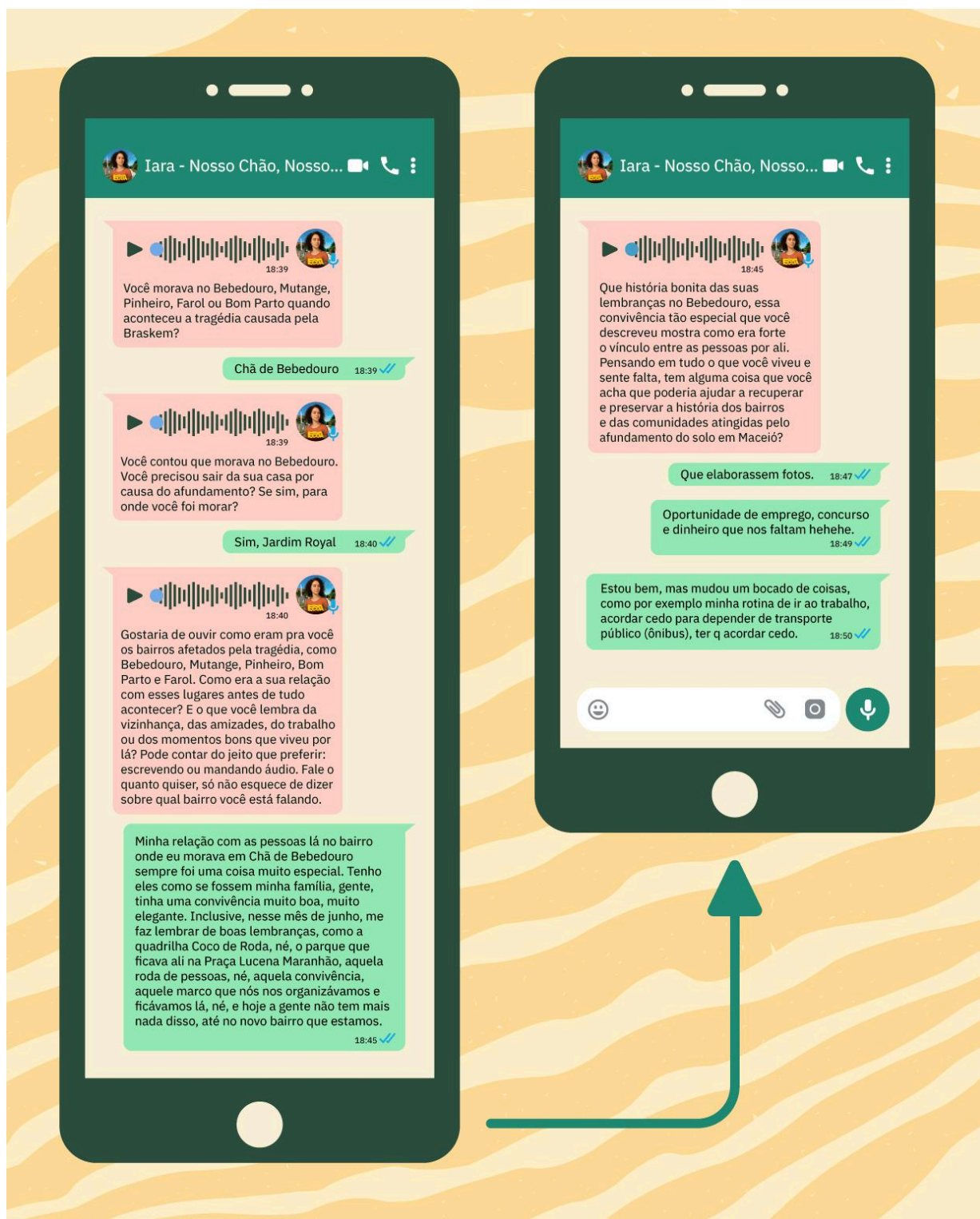


Por fim, cabe destacar que elementos de comunicação foram essenciais no processo de estruturação da ferramenta. A IARA foi idealizada a partir de um processo participativo, construído junto ao Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais, com apoio de assessoria técnica especializada, responsável pela operacionalização da campanha ECOA, em articulação com a equipe de comunicação do Programa. Esse percurso resultou não apenas na definição de sua funcionalidade, mas também na construção de sua identidade, incluindo a escolha do nome “IARA”. De origem tupi, o termo deriva de y-îara, em que “y” significa “água” e “îara” significa “senhora” ou “dona”, sendo tradicionalmente interpretado como “senhora das águas”. A escolha do nome dialoga com a identidade cultural local, especialmente com a forte presença de referências indígenas no Nordeste e sua conexão simbólica com o território de Maceió.

Como estratégia de aproximação com o público, a IARA também foi personificada por uma atriz local, conferindo-lhe identidade e presença nas ações de comunicação. Essa representação foi amplamente utilizada na Campanha ECOA, favorecendo a identificação da população com a ferramenta e fortalecendo o engajamento no processo de escuta. O mesmo conceito foi aplicado nas interações via Whatsapp, garantindo uma linguagem adaptada culturalmente, com a utilização de terminologias locais e voz.



Conversa adaptada para este documento





Busca Ativa

A busca ativa foi implementada entre os meses de Maio e Agosto de 2025 e estruturada como uma estratégia de territorialização da escuta, com o objetivo de alcançar a população diretamente atingida pelo desastre socioambiental e assegurar ampla participação no processo. Considerou-se, especialmente, o desafio de identificar pessoas que foram deslocadas dos bairros afetados para outras regiões de Maceió, bem como aquelas que permanecem em áreas de borda. Nesse sentido, a estratégia foi orientada para ampliar o alcance da escuta, garantir a inclusão de diferentes perfis populacionais e assegurar a participação de pessoas em situação de deslocamento forçado, contribuindo para a produção de evidências mais representativas e territorialmente distribuídas.

Do ponto de vista metodológico, a busca ativa foi estruturada como um processo sequencial e integrado de abordagem, orientado por etapas de identificação, sensibilização, informação e mobilização da população atingida. Inicialmente, priorizou-se a identificação de pessoas nos territórios, seguida de abordagens voltadas à sensibilização sobre os danos extrapatrimoniais e à qualificação da compreensão sobre o processo de escuta. Essas etapas foram nomeadas de “Chegança” no território. Na sequência, desenvolveu-se a mobilização para acesso ao canal de comunicação IARA, concebida como instrumento padronizado de registro das narrativas. Essa estratégia permitiu a coleta sistemática de histórias de vida, percepções sobre os impactos do desastre, demandas e proposições relacionadas à reparação. O uso articulado dessas etapas contribuiu para ampliar o alcance da escuta, reduzir barreiras de participação e qualificar a produção de evidências, assegurando maior consistência, diversidade e rastreabilidade das informações coletadas.

O trabalho de campo foi realizado por 44 pessoas mobilizadoras locais, cuja atuação foi fundamental para promover aproximação, confiança e mediação com as comunidades, configurando um esforço contínuo de engajamento territorial. Essas pessoas profissionais foram contratadas por meio do *United Nations Volunteers* (UNV), iniciativa que promove a paz e o desenvolvimento por meio do voluntariado em projetos humanitários, de desenvolvimento e de direitos humanos. A seleção das pessoas mobilizadoras ocorreu de forma pública e considerou, como critério central, a vivência e experiência nos territórios, priorizando a participação de pessoas atingidas pelo desastre, o que contribuiu para qualificar a mediação social e fortalecer vínculos de confiança no processo de escuta.

A estratégia contou com supervisão técnica especializada, composta por profissionais de psicologia e serviço social, responsáveis por acompanhar as equipes em campo, oferecer suporte operacional e mediar situações sensíveis ao longo de toda a execução. Entre suas atribuições, estiveram o acompanhamento presencial das atividades, o apoio na condução de



abordagens complexas, a mediação e o encaminhamento de situações de violência, física, psicológica, verbal ou patrimonial para a rede de proteção social, incluindo casos de violência contra a mulher, além do manejo de ocorrências relacionadas a preconceito e discriminação e o esclarecimento de questões que demandassem maior aprofundamento junto às pessoas participantes.

Os procedimentos da busca ativa foram estruturados a partir de um planejamento de campo orientado pela supervisão técnica, baseado no mapeamento de pontos estratégicos de concentração da população atingida, como equipamentos públicos, espaços comunitários, eventos públicos e redes sociais, com o objetivo de otimizar o alcance e a efetividade das abordagens. Todo o processo foi conduzido sob parâmetros éticos, assegurando o respeito à privacidade, à confidencialidade das informações e ao reconhecimento dos limites de atuação das mobilizadoras e das pessoas mobilizadas, preservando o caráter informativo e não interventivo da estratégia. Situações que extrapolavam esse escopo — como casos de violência, violações de direitos ou sofrimento psíquico — foram devidamente encaminhadas para intervenção técnica e suporte psicossocial pela equipe de supervisão, garantindo a proteção tanto das pessoas participantes quanto das pessoas mobilizadas. Para isso, foram instituídos protocolos específicos de atuação, alinhados às diretrizes da Lei 13.431/2017 e adaptados ao contexto da ação, assegurando uma condução segura, qualificada e eticamente orientada em todas as etapas. Adicionalmente, a acessibilidade foi incorporada como diretriz transversal, com a disponibilização de mobilizadoras(es) aptas(os) para a comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a adoção de estratégias inclusivas voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, ampliando a equidade na busca ativa.

Como suporte ao trabalho de campo, foi estruturado um trabalho especializado de apoio psicossocial às pessoas mobilizadas por meio de sessões de treinamento presencial e on-line, reuniões de integração e compartilhamento de experiências e um canal de comunicação disponível em tempo integral para oferecer apoio psicossocial (Help-desk da *Chegança*). Adicionalmente, um canal de suporte para orientações quanto ao uso seguro médico, previsto em contrato UNV, em caso de necessidade, também foi estabelecido. Essas ações foram realizadas com foco na perspectiva de cuidado, considerando que a maioria dos profissionais foram pessoas atingidas.



Ações complementares de reforço da busca ativa foram implementadas a este processo:

- Busca ativa por contato digital (Tele-Ecoa): contato ativo, voltado a pessoas que iniciaram interação com a IARA, mas não concluíram o processo. Por meio de ligações telefônicas e contatos via WhatsApp, as pessoas mobilizadoras ofereceram suporte para superação de barreiras técnicas ou de compreensão, mantendo como diretriz a condução empática da escuta, orientada pelo princípio de que “toda escuta é um convite”.
- Atividades programadas de convivência nos territórios (ECOIA Cultural): concebida como uma estratégia de mobilização baseada na arte e na cultura, utilizando intervenções como música, dança, pintura e teatro para criar vínculos, reduzir resistências iniciais e favorecer a aproximação com a população, reconhecendo a cultura como meio de expressão, conexão e sensibilização.
- Dias de mobilização coletiva ("Dias D"): mutirões estratégicos de mobilização territorial realizados de forma intensiva nos bairros de Maceió para engajar a população atingida pelo desastre socioambiental. Essas ações coletivas presenciais serviram para aproximar o Programa da comunidade, esclarecendo dúvidas e auxiliando ativamente as pessoas a registrarem seus relatos de danos extrapatrimoniais



A busca ativa, bem como todas as etapas do processo de escuta, contou também com uma estrutura de coordenação técnica e operacional do UNOPS, acompanhada pelo CGDE, garantindo apoio institucional permanente ao processo. Após o desenvolvimento do trabalho de busca ativa, o Programa tem buscado manter uma rede de contato com às pessoas profissionais que atuaram em campo para acesso aos projetos de reparação implementados.





8. Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DAS, Veena. **Life and words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FALK, William et al. **There is no such thing as a natural disaster: race, class, and Hurricane Katrina**. New York: Routledge, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERGEN, Kenneth. **O movimento do construcionismo social na psicologia moderna**. INTERthesis, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299-325, 2009.

LAVINAS, Lena. **21st century welfare**. New Left Review, London, n. 84, p. 5-40, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORGAN, David L. **Focus groups as qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 1997.

OLIVER-SMITH, Anthony. **Anthropological research on hazards and disasters**. Annual Review of Anthropology, v. 25, p. 303-328, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015–2030**. Sendai, 2015.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SERVAES, Jan. **Communication for development and social change**. London: Sage Publications, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Communication for development and social change**. Paris: UNESCO, 2018.



VALENCIO, Norma. **Da morte da quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre.** In: VALENCIO, Norma et al. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa, 2009. p. 3-18.

WAISBORD, Silvio. **The strategic politics of participatory communication.** In: **SERVAES, Jan (org.). The handbook of development communication and social change.** Chichester: Wiley-Blackwell, 2015. p. 147-167.

WISNER, Ben et al. **At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters.** 2. ed. London: Routledge, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.